

# Estudo Técnico Preliminar 169/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 10138/2024

### 2. 1. Objetivo

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem o propósito de identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de operador de monitoramento de circuito fechado de TV (CFTV) , na vigilância eletrônica, nos imóveis da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, na capital e no interior, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58 /2022 – SEGES/ME.

### 3. Descrição da necessidade

Antes de enumerar as necessidades deste tópico, queremos destacar a RESOLUÇÃO No 435, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências.

Em seu CAPÍTULO VI - DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS E TRIBUNAIS, em seu Artigo 14, dita que “Os *tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, **eleitorais** e militares, no âmbito de suas competências, **adotarão** as seguintes medidas de segurança (grifo nosso):*

[...]

*III – instalação de sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes;”*

Portanto, entendemos que é imperativo a adoção de tal medida. Como se não fosse o suficiente, em seu artigo 18, da mesma resolução, assevera:

*“Art. 18. Os tribunais elaborarão propostas orçamentárias que contemplem o gradativo cumprimento da presente Resolução.”*

3.1 Trata-se de estudo técnico preliminar visando prover as dependências da Sede, Fórum Eleitoral da Capital, Centro de Operações da Justiça Eleitoral do RN e

cartórios do interior de solução que auxilie as atividades proteção do erário e de proporcionar, na medida do possível, uma segurança para seus servidores e garantir o cumprimento das atribuições institucionais;

3.2. Nos dias atuais observa-se com certa constância, seja através dos meios de comunicação ou por vivências pessoais compartilhadas, que a população brasileira vive em uma situação muito crítica de insegurança, e não seria diferente no nosso Estado, em caráter pessoal ou patrimonial;

3.3 Com o TRE/RN não é diferente, haja vista o grande acervo patrimonial com veículos, equipamentos diversos, incluindo os de tecnologia da informação, as urnas eletrônicas, além de vasto patrimônio histórico e cultural. Além do alto valor dos bens envolvido não pode-se deixar de citar o patrimônio imaterial que não poderia repostos em caso de sinistro;

3.4 O real crescimento da estatística da criminalidade que atormenta o país, aliada à deficiência na estrutura da segurança pública, se traduz no aumento da preocupação com a segurança patrimonial, cabendo ao Tribunal tomar as providências cabíveis quanto ao assunto;

3.5 Como solução para o problema, o TRE/RN tem contrato assinado com a empresa Flash Vigilância Eireli, especializada na prestação de serviços de segurança patrimonial, para alocação de posto de trabalho de operador de CFTV, porém o atual contrato tem vigência até 01/06/2025.

3.6 Foi observado também que precisaríamos nos moldar a nova realidade vivida no âmbito da Casa que segue a corrente dos demais Regionais, que passam por uma estruturação tecnológica de expansão dos equipamentos de monitoramento, inovações em rotinas, sendo racional a adaptação dos prestadores de serviço e a atualização do modelo de vigilância empregado no TRE/RN;

3.7 Dessa forma, esse Estudo Técnico Preliminar indicará a solução mais viável dentre as disponíveis no mercado para prover a segurança complementar do patrimônio e servidores do TRE/RN;

3.8 Assim, diante do exposto acima, o documento oficial de demanda administrativa foi protocolado neste tribunal, no dia 25/10/2024, registrado no SEI 10138/2024;

3.9 O atual contrato tem se mostrado eficiente e por diversas vezes auxiliado na segurança dos prédios na capital e, principalmente, no interior do estado detectando portas e portões esquecidos abertos, além de movimentos de pessoas estranhas nas proximidades dos cartórios. Destacamos nesse sentido que, por diversas vezes, a Polícia Civil do Estado tem requisitado imagens do videomonitoramento para elucidação de crimes nas diversas cidades onde o sistema está disponível.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
TRE RN - NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA	EDWIN ALDRIN SALVIANO DE BRITO

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 5.1 Requisitos orçamentários:

5.1.1 O valor previsto no Plano de Contratações Anual (PCA - 2025) para essa demanda é de R\$ 136.000,00 para 1 ano de contrato. Dessa forma, a solução mais viável terá como teto orçamentário o valor previsto no PCA;

5.1.2 Caso o valor acima seja ultrapassado, o TRE/RN terá que providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

### 5.2. Requisitos técnicos:

5.2.1 Necessidade de atestado de capacidade técnica, a ser exigido da empresa licitante, que deixe claro que a futura contratada tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN;

5.2.2 Se a solução escolhida demandar mão de obra residente, a licitante deverá comprovar experiência mínima de 03 anos no mercado;

5.2.3 A depender da solução escolhida será necessária a indicação de profissional (preposto) que será responsável pela comunicação entre a futura contratada e a equipe de fiscalização do contrato.

### 5.3 Requisitos temporais

5.3.1 Diante das situações narrados no tópico 2 desses estudos, a solução deve ser provida em caráter de urgência haja vista o atual contrato encerra sua vigência em 01/06/2025 e não será mais prorrogado. Portanto, na pior das hipóteses, a solução escolhida deverá ser contratada até maio de 2025;

5.3.2 O prazo de vigência do contrato poderia ser de 05 (cinco) anos contados da sua assinatura, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.3 Como se trata de um serviço essencial que não pode deixar de ser realizado sob pena de causar prejuízos ao TRE/RN, o contrato preverá a cláusula de prorrogação pelo serviço ser de natureza contínua.

### 5.4 Requisitos geográficos

5.4.1 A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, a não ser que a solução escolhida deixe expressa essa necessidade.

## 5.5 Requisitos operacionais

5.5.1 Os serviços serão prestados no edifício-sede do TRE/RN situado à Av. Rui Barbosa, 215 – Tirol;

5.5.2 Caso haja alguma situação extraordinária, o serviço poderá ser prestado no Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE, situado à Rua da Torre, s/n – Tirol;

5.5.3 Como se trata de segurança, os serviços serão prestados todos os dias, durante 12h, no período noturno, das 18h30min às 6h30min do dia seguinte, inclusive aos feriados;

5.5.4 Como já frisado no subitem 3.2.3, poderá haver necessidade de preposto, a não ser que a solução escolhida deixe evidente que não será preciso indicar esse profissional;

5.5.5 A solução também deverá prever que a área externa e interna do Tribunal deverá ser monitorada em tempo real.

## 5.6 Requisitos de sustentabilidade

5.6.1 A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

5.6.2 Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE /RN e adotar suas práticas no que for cabível.

## 5.7 Requisitos de segurança da informação

5.7.1 A futura contratada deverá ter conhecimento da Política de Segurança da Informação do TRE/RN e assinar termo de sigilo da informação.

## 5.8. Requisitos econômico-financeiros

5.8.1 Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para fins de contratar com o TRE/RN.

## 5.9 Requisitos fiscais e trabalhistas

5.9.1 A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

5.9.2 Tais condições devem ser mantidas durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

## 5.10 Requisitos administrativos

5.10.1 A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

### 5.11 Requisitos legais

5.11.1 A depender da solução escolhida, deverá ser observado as determinações contidas na Lei nº 14.967, de 09 de setembro de 2024, Decreto n.º 89.056 de 24 de novembro de 1983 e Portaria n.º 3.233/2012 – DPF;

5.11.2 Da mesma forma, a Resolução TSE nº 23.702/2022 dispõe sobre a política de governança das contratações no âmbito da Justiça Eleitoral;

5.11.3 Além das normas citadas, deverá ser observado a jurisprudência do TCU e o TST sobre o tema. Deve ser privilegiada uma solução que evite a pessoalidade e subordinação jurídica entre o contratante e os profissionais terceirizados: *“Uma das diretrizes do Decreto 9.507/2018 é a premissa de que a administração pública federal contrata serviços, e não mão-de-obra, afastando qualquer possibilidade de vínculo empregatício, inclusive com vedações de reembolso de salários, pessoalidade e subordinação direta.”* (Acórdão TCU nº 307/2023 - Plenário). O TST também tem vários julgados sobre a temática, reconhecendo o vínculo empregatício entre o tomador dos serviços e o profissional terceirizado quando presentes os elementos fático-jurídicos da relação de emprego muito embora o STF tenha afastado esse vínculo quando presente a Administração Pública, não deixando de considerar ilícita a terceirização quando presente a subordinação direta.

### 5.12 Requisitos quanto a prevenção e combate ao assédio

5.12.1 A futura contratada deverá ter conhecimento e adotar as práticas de prevenção e combate ao assédio definidas pelo TRE/RN.

## 6. Levantamento de Mercado

Considerando as soluções vislumbradas por esta equipe de planejamento, encontramos quatro possibilidades que, a princípio, poderiam atender a demanda da segurança patrimonial:

### 6.1 Solução 1: Prestação de serviços de segurança via monitoramento remoto

#### 6.1.1 Vantagens:

6.1.1.1 A grande vantagem é o baixo custo dessa solução quando em contraste com a maioria das demais que foram levantadas;

6.1.1.2 Essa solução permite uma maior alcance na área de cobertura, em tempo real em relação às demais;

6.1.1.3 Experiência já sedimentada de desde 2020, pois atualmente o Tribunal possui contratação dessa natureza para todos os seus imóveis próprios;

6.1.1.4 No caso específico dos prédios da Capital, em qualquer suspeita, a empresa contratada comunica via rádio e o vigilante fará a ação preventiva ou ostensiva imediata, conforme o caso;

6.1.1.5 Com relação aos imóveis situados no interior do Estado, a força policial que é comunicada para as devidas providências, se for o caso;

6.1.1.6 Facilidade de meios, logística e comunicação disponíveis uma vez que nessa solução são prestados serviços de monitoramento remoto, a partir de central especificamente instalada para este fim nas dependências do TRE/RN, com o objetivo de monitorar e gerenciar remotamente o sistema de CFTV em todo estado;

6.1.1.7. Auxiliam nas tomadas de decisão uma vez que permitem comparativos entre performance, possibilitando planejamento antecipado para ações preventivas e corretivas, além de manter o gestor do sistema com dados em tempo real;

6.1.1.8 As imagens são gravadas e podem ser utilizadas como prova técnica e evidência relativas a crimes e infrações, interna ou externamente;

6.1.1.9 A simples presença de uma câmera no ambiente inibe ações, diante da alta probabilidade de identificação e flagrante do autor;

6.1.1.10 Sistema modular que permite agregar novas tecnologias de reconhecimento facial através das câmeras, entre outros, se necessário.

6.1.1.11 Visão exclusiva e privilegiada do local monitorado, a depender do ângulo em que a câmara for instalada;

#### **6.1.2 Desvantagens:**

6.1.2.1 O sistema depende de fornecimento de energia elétrica e Internet, porém todo tribunal depende desses dois fatores para funcionar, o que caso ocorra sua falta, será pelo tempo necessário de reestabelecimento dos serviços;

6.1.2.2 Não há um prestador de serviço de forma presencial no local do sinistro (ocorrência), em caso de necessidade o socorro não seria imediato, demandaria certo tempo para alguém chegar ao local ou até mesmo a força policial;

#### **6.2 Solução 2:**

Prestação de serviço mediante empresa especializada em vigilância, através de postos de trabalho.

##### **6.2.1 Vantagens:**

6.2.1.1 A grande vantagem é a possibilidade de ação preventiva e ostensiva *in loco* e em tempo real;

##### **6.2.2 Desvantagens:**

6.2.2.1 A maior desvantagem é o alto custo da contratação, principalmente se considerarmos a quantidade de Fóruns no interior do Estado;

6.2.2.2 Não consegue uma grande área de abrangência, seja externa ou interna, em tempo real.

### 6.3 Solução 3:

Serviços prestados pelos Agentes de Polícia Judicial (APJ)

#### 6.3.1 Vantagens:

6.3.1.1 Por ser corpo técnico lotado no Tribunal, conhece todas as especificidades do prédio e do seu entorno, facilitando as ações de segurança.

#### 6.3.2 Desvantagens

6.3.2.1 Alto custo que a solução demandaria, pois seria necessário concurso público para aumentar o quadro de Agentes Policiais Judiciais;

6.3.2.2 Os agentes policiais também fazem trabalho administrativo. Caso essa solução fosse adotada, além dos APJ que seriam contratados mediante concurso público, outros servidores deveriam ser designados para realizarem o trabalho administrativo;

6.3.2.3 A média de idade do quadro de APJ já é bastante avançada, já possuímos 1 servidor em abono permanência e mais outros dois se aposentarão nos próximos dois anos. O serviço noturno é desgastante e poderia trazer problemas na adaptação do horário de trabalho, assim como a própria saúde dos servidores.

### 6.4 Solução 4:

Instalação de Ofendículas<sup>1</sup>

#### 6.4.1 Vantagens:

6.4.1.2 Baixo custo da solução, o menor de todas as que foram levantadas.

#### 6.4.2 Desvantagens:

6.4.2.1 Não trazem grande sensação de segurança, além de não oferecerem combate preventivo ou ostensivo pela própria natureza do objeto;

6.4.2.2 Necessitaria de contrato de manutenção. O TRE já possuiu cerca elétrica em alguns cartório do interior, mas foi abolido devido a dificuldade de manutenção;

6.4.2.3 Suscetível a “falsos alarmes” devido a defeitos apresentados e a depreciação como a humidade, oxidação e maresia, etc.

6.5 Segue tabela resumo com as soluções levantadas. Foram atribuídas pontuações com 4 pontos para excelente diminuindo até 1 ponto para insuficiente:

Solução	Custo	Área de cobertura	Ações preventivas	Ações Ostensivas	Segurança como um todo	TOTAL

Monitoramento Remoto	3	4	2	2	2	13
Posto de trabalho de vigilante	2	1	3	4	3	13
Serviços prestados pelos Agentes de Polícia Judicial	1	1	3	3	2	10*
Ofendículas	4	2	1	1	1	9

(\*)Necessidade aumento de efetivo maior para suprir demanda dessa solução.

1São aparatos que se destinam à defesa da propriedade como cerca concertina, cerca elétrica, sensor de presença, alarmes, etc.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1 Na tabela do tópico anterior não há uma solução que satisfaça totalmente os critérios elencados. A segurança dos ativos e servidores é essencial. Nesse estudo está sendo proposta uma solução híbrida com sistema de monitoramento remoto atuando em parceria com a vigilância armada, além de ofendículas entorno dos prédios;

7.2 Considerando que o Tribunal já possui contrato com empresa responsável por serviços de postos de vigilância armada, além de cercas concertinas instaladas nos prédios da capital e interior do Estado, resta a questão da contratação de operador de CFTV, uma vez que a vigência do contrato encerra em 01/06/2025;

7.3 Cumpre registrar que esse modelo híbrido vem sendo adotado com sucesso no Tribunal, nos últimos 5 anos e se consolida como modelo de sucesso pela interação entre as soluções avaliadas, inclusive com portas giratórias equipadas com detector de metais e cancelas para controle de entrada/saída de veículos;

7.4 Dessa forma, daqui em diante, esses estudos tratarão da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de operador de CFTV, para fins de segurança de seus servidores e patrimônio;

7.5 Nessa solução a prestação dos serviços é de forma contínua, ou seja, sem a sua interrupção, o que poderia ocasionar danos à integridade física de pessoas ou ao patrimônio da instituição;



7.6 Será prevista a contratação para 60 (sessenta) meses com prorrogações previstas na Lei nº 14.133/2021 até o limite máximo, desde que a contratante e contratada estejam de comum acordo;

7.7 Os serviços de operador de CFTV serão executados ininterruptamente, preventivamente para guarda e proteção de servidores, bens móveis e imóveis, de fiscalização, nas áreas internas e externas das dependências deste Tribunal;

7.8 A metodologia de cálculo para fins de valor estimado e pagamento será a de posto de trabalho pela dificuldade em se encontrar outras unidades de medida que se adéquem ao objeto;

7.9 O horário da prestação dos serviços serão no período noturno, de 12 horas, diariamente, durante sete dias por semana;

7.10 A empresa contratada deverá demonstrar que possui capacidade técnica e econômica para prestar o serviço objeto do Termo de Referência a ser elaborado. Também deverá estar em quitação com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista;

7.11 Por fim, o TRE/RN, como qualquer outra instituição pública ou privada, não pode prescindir dos serviços terceirizados, indispensável à manutenção da eficácia do serviço prestado às pessoas que transitam por suas instalações, sejam elas os usuários dos nossos serviços, sejam os servidores, autoridades, colaboradores, fornecedores, estagiários, terceirizados ou visitantes.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 O quantitativo estabelecido leva em consideração o histórico do último contrato, a estrutura física do Tribunal na capital e no interior do Estado: Sede, Fórum, COJE e Zonas eleitorais;

8.2 O posto de trabalho contará com 2 (dois) profissionais, que se revezarão em sistema de trabalho por escala 12X36.

8.3 Os serviços de Operador de CFTV serão prestados nas dependências deste tribunal, conforme tabela abaixo:

Descrição do Serviço	Edifício Sede	TOTAL
Serviço de monitoramento CFTV, 12h x 36h, noturno, das 18h30min às 06h30min, de segunda a domingo	1 Posto	1 Posto

8.4 O posto de operador de CFTV é composto por 02 (dois) terceirizados que executam suas jornadas de trabalho em dias alternados, ou seja, serão necessários 2 operadores no total.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 136.000,00

**R\$ 136.000,00**

9.1 O contrato atual com TRE/RN dispõe de 1 posto noturno de operador de CFTV que monitora remotamente os prédios da Justiça Eleitoral no Estado;

9.2 Tendo em vista que no orçamento para o exercício do ano de 2025 está disponibilizado o valor de R\$ 136.000,00, que contempla o atual contrato que encontra-se na planilha do PCA, anexada ao SEI 10138/2024;

9.3 Em consulta ao PAE 2429/2020, verifica-se que o valor foi repactuado em 2024, conforme valores demonstrados na tabela abaixo:

Item	Especificação	Postos	Quantidade de empregados por posto	Valor unitário do posto de trabalho	Valor Mensal do posto trabalho
1	Serviço de monitoramento CFTV, 12h x 36h, noturno, das 18h30min às 06h30min, de segunda a domingo.	1	2	9.475,34	9.475,34

9.4 Já existe o pedido da empresa de repactuação para 2024 no valor de R\$ 9.475.34 mensais, totalizando R\$ 113.704.08 anual. Dessa forma, o valor anual estimado no PCA seria de R\$ 136.000,00, ou seja, dentro do limite estabelecido na proposta orçamentária, no plano de contratações anual e no subitem 3.1.1 destes Estudos.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1 O objeto será contratado em item único já que se trata de contratação de terceirização de mão de obra residente com a mesma categoria profissional (Operador de CFTV - noturno) e mesma jornada de trabalho para todos os profissionais, portanto não há necessidade de agrupamento e nem parcelamento de itens.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1 Para que a solução seja plenamente satisfeita, além da contratação em estudo também se faz necessária a permanência dos seguintes contratos:

11.1.1 Serviços de vigilância armada;

11.1.2 Permanência das estruturas de defesa – “ofendículas” – a exemplo das cercas concertinas no entorno dos prédios da capital e interior do Estado;

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1 A contratação do objeto do presente Estudo Preliminar encontra-se amparada pelo Plano de Contratações Anual (PCA 2025), Código da demanda NSP.POO\_25.07.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1 Os serviços continuados de Operador de CFTV têm como benefício direto a segurança da instituição, auxiliando e inibindo a depredação, violações entre outras ações que redundem em dano ao patrimônio público ou a integridade física dos servidores e colaboradores que circulam nas instalações deste Tribunal e Fóruns do interior do estado, contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição;

13.2 Danos ao patrimônio requerem gastos para sua recuperação. Assim, a contratação sugerida nestes Estudos se justificam a partir do momento que não só auxiliam para inibir atos delituosos, mas também é instrumento poderoso na identificação dos autores, inclusive servindo de prova técnica;

13.3 Considerando o exposto na desvantagem da solução 3, inviabilizando a utilização dos APJ deste Tribunal, se justifica pela melhor alocação dos recursos humanos da instituição;

13.4 A contratação também valoriza o profissional local que, com certeza, será diretamente beneficiado.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1 Não há providências a serem adotadas pela Administração, a não ser as de praxe como a indicação de servidores para atuarem na equipe de fiscalização da contratação.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A contratação sugerida não demanda recursos naturais, portanto possui baixa geração de resíduos ao meio ambiente;

15.2 Visando minimizar qualquer impacto ambiental, a futura contratada deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN com vistas a instruir seus colaboradores na prática desse instrumento de sustentabilidade, no que for cabível;

15.3 Importante frisar que o TRE/RN dispõe de lixeiras para coleta seletiva e da instalação de um Ecoponto que deve ser utilizado por todos os seus servidores e terceirizados;

15.4 Dessa forma, a futura contratada deverá orientar seus funcionários a descartarem as pilhas e baterias de radiocomunicadores de forma ambientalmente correta;

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 A Equipe de Planejamento da Contratação declara que a contratação sugerida nesses Estudos Técnicos Preliminares é viável e já adotada com sucesso pelo TRE /RN, em anos anteriores.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDWIN ALDRIN SALVIANO DE BRITO**

Membro da comissão de contratação

**GEISA MACEDO DE MORAIS**

Membro da comissão de contratação